



## DEBATENDO O ABORTO NA ESCOLA: UM DESAFIO NECESSÁRIO

Isabella Ferreira Luiz\*<sup>1</sup>

Felipe Aparecido de Oliveira Camargo\*<sup>2</sup>

Gabriel Cavalheiro do Prado\*<sup>3</sup>

Paulo Henrique Rosa Florindo\*<sup>4</sup>

Prof. Dr. Marco Antônio Neves Soares<sup>5</sup>

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar e promover a argumentação em debate entre os alunos do Ensino Médio da rede pública de Londrina, Paraná. O debate foi elaborado por três alunos do segundo ano da graduação em licenciatura em História pela Universidade Estadual de Londrina, onde são estagiários do PIBID. A proposta foi realizada no Colégio Estadual Nilo Peçanha, região central de Londrina, onde contamos com a ajuda e orientação do supervisor do PIBID, Paulo Rosa.

**Palavras-chave:** Aborto; Ensino Médio; PIBID; Educação; Interdisciplinaridade.

### INTRODUÇÃO

A questão do aborto é sempre tratada como um tabu, marginalizada pela sociedade e tratado como questão religiosa e não como saúde pública, onde verdadeiramente se encaixa. É comum observar como a sociedade trata as questões de gênero e sexualidade, especialmente com as crianças e adolescentes: não se fala sobre, repreende aqueles que falam e julgam àqueles que divergem do padrão socialmente aceito. Assim, observa-se como as escolas, geralmente, falham ao tratar da educação sexual mas observa-se também como os alunos necessitam urgentemente ouvir sobre o assunto, como diz Bruno:

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Londrina, História, bolsista CNPq - PIBID UEL História, ferreira.bella@hotmail.com

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Londrina, História, bolsista CNPq - PIBID UEL História, felipeocamargo98@outlook.com

<sup>3</sup> Universidade Estadual de Londrina, História, bolsista CNPq - PIBID UEL História, biel\_cavalheiro@hotmail.com

<sup>4</sup> Paulo Rosa é supervisor do PIBID- História e professor no Nilo Peçanha. E-mail: [paulo\\_hrf@rocketmail.com](mailto:paulo_hrf@rocketmail.com)

<sup>5</sup> Marco Soares é coordenador do PIBID- História e docente da Universidade Estadual de Londrina. E-mail: [samusque@uel.br](mailto:samusque@uel.br)



A educação sexual deve propiciar ao adolescente mais que controle da natalidade ou negação da sua sexualidade. Esta deve ser colocada em um contexto mais amplo de relacionamento pessoal, social e político entre as pessoas na tentativa de permitir ao adolescente a garantia de uma atividade sexual enriquecedora, sadia e responsável. A educação é necessária para que a informação se traduza em mudanças de atitude. (BRUNO, 2013, p.2)

Segundo Simon (2015) o principal objetivo do ensino de história é a formação de um pensamento crítico e independente, partindo de uma mudança metodológica a serviço da democracia, buscando a consciência histórica trabalhada por Paulo Freire<sup>6</sup> e mesmo a consciência histórica tratada por Jörn Rüsen<sup>7</sup>, sendo as bases para um consciência cívica e cidadã. Além de ser um processo humanizante, a educação é também um processo político, histórico e sócio cultural, sendo seu papel debater assuntos inerentes à sociedade, bem como ampliar os horizontes dos alunos e é nesse sentido que a educação sexual, assim como o debate do aborto, entra: como uma ampliação da visão dos alunos, mostrando a realidade dos acontecimentos em torno do aborto e sua criminalização no país, os motivos que levam a sua prática e as soluções para a segurança daqueles que o fazem.

## **OBJETIVOS**

O objetivo da realização dos debates é a desconstrução do senso comum nos argumentos, assim como fomentar o debate de ideias divergentes dentro da sala de aula, preservando pela liberdade de expressão individual, além de buscar uma mudança de pensamento por parte dos alunos, seja tendo uma opinião contrária ou a favor da descriminalização do aborto. Permitir que os alunos tenham pensamentos mais elaborados em consonância com a legislação vigente, o conhecimento científico e a experiência em outros países.

## **REFERÊNCIAL TEÓRICO**

A luta pelo direito do aborto é conhecidamente de longa data, passando por diversos obstáculos, como a questão religiosa, a precariedade da saúde pública e até mesmo as diferenças sociais. Sabe-se da prática clandestina, assim como sabe-se do alarmante número de mulheres que morrem ao realizar procedimentos de caráter duvidosos pela falta de amparo público. Também é de conhecimento público como os direitos de autonomia sobre o corpo feminino

---

<sup>6</sup> FREIRE, P. Educação e Mudança. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

<sup>7</sup> RÜSEN, J. Razão histórica: Teoria da História: fundamentos da ciência histórica. Brasília: EdUnB, 2001.



sofrem constantes ataques, a exemplo disso tem-se o projeto de lei do “estatuto do nascituro” (PL 478/2007) e o projeto que proibiria a chamada “pílula do dia seguinte” (PL 5069/ 2013).

Em geral, quando se fala de aborto, utiliza-se argumentos tanto a favor como contra o ato e, no interstício, com essa ordem simbólica, muitos se recusam a discutir sua descriminalização. Os últimos baseiam-se em pressupostos construídos com base nos dilemas da origem da vida, do pecado e, por vezes, do crime. Os primeiros discutem a autonomia da vontade da mulher e a morte das mulheres. (TAMANINI, 2009, p. 217)

## **METODOLOGIA**

Os alunos tiveram uma semana para realizar uma pesquisa sobre o assunto, bem como a argumentação utilizada. Cada turma foi dividida em dois grupos: aqueles a favor da descriminalização do aborto e aqueles contrários. O debate ocorreu com perguntas e réplicas entre os grupos e uma pergunta para cada grupo por parte dos mediadores.

Na turma do segundo ano do ensino médio a atividade começou com o grupo favorável perguntando como o outro grupo defenderia a criminalização do aborto no caso de estupro de uma menina de 12 anos, que por sua vez perguntaram se no caso de relações consensuais, o grupo favorável concordava com a criminalização ou não. As perguntas dos mediadores foram feitas com base na resposta de cada grupo às perguntas que receberam, sendo a pergunta para o grupo contrário se realizar o aborto não seria menos traumático para a jovem do que continuar com a gestação, como foi defendido por eles. Para o grupo favorável foi perguntado se em casos de falha dos métodos contraceptivos e incapacidade do casal, seja por motivos financeiros ou emocionais, de cuidar da criança, o aborto deveria ser realizado ou não.

Com o primeiro ano do ensino médio ocorreu uma junção de duas turmas para a realização do debate, feito como na sala anterior. O grupo favorável indaga ao grupo contrário o que deveria ser feito em casos de estupro, este por sua vez pergunta o que mudaria na opinião do grupo favorável se o aborto fosse descriminalizado. Os mediadores perguntaram para o grupo contrário sobre a pílula do dia seguinte, pois, segundo os argumentos por eles defendidos, a pílula também é uma interrupção da gravidez. No caso do grupo favorável foi indagado até qual período da gestação o aborto poderia ser realizado.



## ANÁLISE DE DADOS

O que pode ser observado ao analisar o debate entre as turmas foi que apesar da maior idade e, conseqüentemente, uma maior maturidade, os alunos do segundo ano demonstraram argumentos baseados no “senso comum”, como por exemplo a comparação da descriminalização do aborto com a legalização do porte de arma; ocorrendo o oposto no primeiro ano. A turma mais nova demonstrou domínio no assunto por parte do grupo favorável à descriminalização, com argumentos baseados em fontes a respeito do assunto debatido.

## RESULTADOS ALCANÇADOS

Os resultados que pudemos alcançar foram extremamente satisfatórios. Foi possível perceber a necessidade de trabalhar debates na escola e a necessidade que os alunos possuem de falarem sobre o tema. Uma experiência muito proveitosa, em especial para os alunos que requisitaram outros debates sobre diversos outros temas. É papel da escola fomentar esses debates e abrir caminho para que o aluno desenvolva sua opinião crítica.

## REFERÊNCIAS

BRUNO, Zenilda, Fatores de risco de gravidez na adolescência. Disponível em: [http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/PDFs/arq\\_2673\\_733.pdf](http://www.sbpcnet.org.br/livro/65ra/PDFs/arq_2673_733.pdf). Acesso em 05 set. 2017

**Despertar do Parto.** Disponível em <http://www.despertardoparto.com.br/>. Acesso em 09 set. 2017

TAMANINI, Marlene. Direitos sexuais e reprodutivos: a reprodução, a sexualidade e as políticas. In: LUZ, Nanci Stancki da. **Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola.** Curitiba: UTFPR, 2009, p.209-246

SIMON, Cristiano Biazzo. BLANCH, Joan Pagès. Paulo Freire, ensino, história e os desafios da contemporaneidade. **Revista Diálogos**, Maringá, v.19, n.1, p. 117-142, jan. -abr./2015

STRELCIUNAS, Maria Djiane. Escola e seu papel orientador sobre o aborto. Disponível em: <http://www.faculadadesaopaulo.edu.br/centronovo/revistaCentroNovo/downloads/numero1/12-artigo.pdf>. Acesso em 07 set. 2017